



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE ARMAS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0378P/05	DATA: 13/4/2005
INÍCIO: 14h30min	TÉRMINO: 16h38min	DURAÇÃO: 02h08min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h06min	PÁGINAS: 48	QUARTOS: 26

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
--

LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná GETÚLIO BEZERRA SANTOS - Diretor do Departamento de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal

SUMÁRIO: Tomada de depoimento. Apreciação de matérias constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as organizações criminosas do tráfico de armas.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 8ª reunião e sendo assim indago se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Solicito a dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Deputado Luiz Couto.

Dispensada a leitura, coloco a ata em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem quera discuti-la, coloco a ata em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Comunico a V.Exas. recebimento de ofício do Deputado Rubinelli sugerindo solicitação de relatório da Agência Brasileira de Informações, que se encontra no Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado, ao tempo em que propõe a não-convocação, por enquanto, do Promotor de Justiça Sr. José Reinaldo Guimarães Carneiro.

Esta reunião foi convocada para a realização de audiência pública com a presença do Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, e com a presença do Sr. Getúlio Bezerra Santos, Diretor do Departamento de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal, do Ministério da Justiça.

Convido o Dr. Luiz Fernando Ferreira Delazari para compor a Mesa e desde já tem a palavra para sua exposição inicial.

Posteriormente os Deputados farão, então, as arguições pertinentes.

Agradecemos a presença das duas autoridades, do Dr. Luiz Fernando Ferreira Delazari e do Dr. Getúlio Bezerra Santos, que prontamente atenderam à solicitação desta CPI.

Com a palavra o Sr. Luiz Fernando.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Boa-tarde a todos. Deputado Moroni Torgan, Presidente desta Comissão; Relator Paulo Pimenta, Deputado do meu Estado; Deputado Sciarra, que foi quem pessoalmente me fez



este convite; demais autoridades aqui presentes, venho com uma experiência de 2 anos e meio à frente da Secretaria de Segurança Pública do Paraná tentar com as informações que a gente na Secretaria obtém a respeito desse tema colaborar um pouco com as investigações que estão feitas por vocês.

É importante esclarecer que não é especificamente da atribuição da Polícia Militar e da Polícia Civil o combate direto ao tráfico internacional de armas. Nós, claro, de forma integrada, até porque o serviço policial hoje se confunde muito — o serviço de segurança pública se confunde muito nas 3 esferas de instituições que temos —, é evidente que existe um combate efetivo a qualquer tipo de criminalidade que acaba, principalmente na região de nossa fronteira, atingindo também esse assunto.

E, por uma, eu diria até uma ausência de uma estrutura organizada mais eficiente por parte da própria Polícia Federal, da Receita, enfim, instituições que têm essa função típica, a Polícia Estadual acaba se direcionando para esse tipo de crime, um crime que ocorre muito na nossa região de fronteira, e muito porque os números e as demonstrações das ações policiais revelam a ocorrência dessa modalidade criminosa.

O Paraná é um Estado muito atípico na sua região de fronteira, primeiro porque têm na sua região de fronteira o segundo maior pólo turístico, destino turístico do Brasil, que é Foz do Iguaçu, que, por suas belezas naturais, atrai turistas do mundo inteiro o ano inteiro, que vão lá para conhecer as Cataratas do Iguaçu.

Além disso, tem a maior hidrelétrica do mundo, que, na sua construção, levou um contingente de mais ou menos 40 mil pessoas para viver naquela cidade e que, de uma hora para outra, se viram sem os seus empregos com o término da hidrelétrica. Isso gerou um bolsão de miséria e de pobreza muito grande na região, e essas pessoas passaram a conviver então com aquilo que elas tinham de oportunidade de vida e de emprego, que era, num primeiro momento, a informalidade e, num segundo momento, o conluio e, enfim, eu diria até a associação com atividades ilícitas, notadamente o contrabando, contrabando que veio crescendo ao longo do tempo e que se transformou num tráfico de drogas muito intenso, muito, muito intenso, e num tráfico de armas em grande quantidade também.



O tráfico de drogas é comprovado pelos números e pelas apreensões de drogas que são realizadas no Estado do Paraná, especificamente nessa região, mas em todo o Estado — o Paraná tem um programa de identificação do DNA da droga, e a droga maconha, toda ela, eu diria que quase 99% da droga apreendida no Paraná é, sim, produzida no País vizinho, o Paraguai. Isso é feito através de constatação técnica pelo Instituto de Criminalística, que comprova que a droga maconha apreendida no Paraná é plantada no solo do País vizinho, o Paraguai, pelas características da droga, pelas características da planta, da folha.

Bom, e o tráfico de armas, na verdade, pelas informações que a gente tem, colhidas inclusive pelas ações policiais que são realizadas, ele acontece naquela região, mas principalmente com armas nacionais, o que é muito... eu diria até estranho, porque, para se contrabandear arma nacional, quer dizer, para você ter um produto de contrabando, a gente imagina que esse produto não seja um produto fabricado no nosso País. Mas, na verdade, o número de apreensão de armas importadas no Estado do Paraná e o número de apreensões de armas nacionais, exatamente de operações realizadas contra o contrabando, contra o tráfico de armas, ele demonstra que as armas que são adquiridas no Paraguai são armas nacionais — a grande maioria delas, eu diria que quase 90% das armas.

Outras ações que demonstram isso são efetivamente as ações de combate específico ao porte ilegal de arma e as ações do desarmamento. Ao porte ilegal de armas, que nós tivemos no ano de 2003 e no ano de 2004 um aumento de 300% na apreensão de armas, porque houve lá no Estado do Paraná — todo mundo sabe disso; é um Estado pioneiro na campanha do desarmamento —, além do pagamento das pessoas que fazem a entrega da arma, como é a campanha nacional, lá nós temos uma lei estadual que prevê o incentivo ao policial que faz a apreensão de armas. Então, todo policial que numa operação policial realiza a apreensão de armas recebe 100 reais por arma apreendida. Isso gerou um aumento de 300% na produtividade, nos números, nos índices de apreensões de armas. Nós saímos do ano de 2003 de 3.400 armas apreendidas para o ano de 2004 para quase 12 mil armas apreendidas pela Polícia em ações policiais. E é evidente, porque esse estímulo à produtividade gera, sem dúvida nenhuma, um aumento na produtividade.

E esses números revelam que quase 90% das armas apreendidas são armas nacionais. Nós temos aí uma pequena incidência de armas importadas, que são ou



utilizadas pela criminalidade no Estado ou, então, apreendidas em operações de combate ao tráfico internacional.

Recentemente nós fizemos uma grande operação policial que acabou inclusive desbaratando uma quadrilha que existia no Estado, que operava para uma determinada finalidade criminosa e que, nessa investigação, que tramita sob sigilo ainda — portanto, eu não posso, por determinação judicial, trazer elementos mais precisos —, mas essa investigação policial já revelou a facilidade com que se contrabandeiam, se trazem armas do País vizinho Paraguai, quer dizer, a fragilidade que se encontram nos sistemas de combate a esse tipo de crime.

Foram apreendidas 18 ou 19 armas de grosso calibre e armas de procedência não-nacional, de procedência de outros países e que foram trazidas comprovadamente, pelas investigações, inclusive comprovadas por interceptação telefônica, foram trazidas com muita facilidade do Paraguai.

Infelizmente isso aconteceu com setores da cúpula da Polícia Militar, o que comprova também que é um crime organizado porque enraizado nas estruturas do Estado. Esse pessoal está preso, eles estão respondendo a um procedimento... E me espantou muito como é simples e com foi fácil de fato essas armas entrarem no País.

A existência do lago, eu estava abrindo isso para dizer que a existência do lago é um complicador no combate a esse tipo de crime, porque o lago é muito grande, muito extenso, ao mesmo tempo em que não é muito largo, quer dizer, a passagem de um lado para o outro do Paraguai para o Brasil, para o Paraná, é muito fácil de ser feita, inclusive de forma até improvisada em jangadas, em canoas pequenas.

Nós temos feito sistematicamente o combate aos portos clandestinos, que são muito fáceis também de serem construídos, inclusive com ações de implosão desses portos, mas infelizmente eu entendo que a fiscalização daquela região de fronteira é extremamente frágil da forma como ela é feita e que o sistema que é utilizado para o combate ao crime de contrabando, de tráfico, enfim, seja ele qual for, é absolutamente inócuo.

Por isso, então, acho que essa reincidência, essa prática é uma prática hoje que vai continuar existindo enquanto não se criar um sistema específico de fiscalização daquela região de fronteira, que é uma região — volto a dizer — que



tem um grande acúmulo de pessoas e que, ao mesmo tempo, tem um grande comércio informal, um estúpido comércio informal — já foi inclusive considerada a segunda região de maior potencial comercial do mundo, perdendo, se não me engano, para a China e Miami, talvez —, mas ali, em Foz do Iguaçu e na cidade vizinha do Paraguai, nós temos ali um comércio conhecido por todos muito intenso.

Fizemos uma operação policial agora de intensificação e saturação na cidade de Foz do Iguaçu. Foram, durante 30 dias, 1.500 policiais da Polícia Militar direcionados para lá. Uma coincidência, até porque a nossa preocupação não era nem com o contrabando nem com o tráfico de armas, mas principalmente com os crimes relacionados ao crime contra a vida, ao crime de homicídio. Temos um índice altíssimo de crimes contra a vida cometidos com arma de fogo na região de fronteira; já estamos chegando aí a quase... Ano passado tivemos acho que 270 homicídios e este ano já estamos ultrapassando os 60. Durante essa saturação, os homicídios caíram muito, vertiginosamente, exatamente pela presença da Polícia, o que demonstra que, se nós tivermos um aparato policial que tenha a responsabilidade de fazer um combate ao tráfico internacional mais eficiente ali, nós vamos ter realmente uma melhoria na qualidade da prestação do serviço de segurança pública.

Então, eu entendo que é necessário, sim, um investimento naquela região para combate a esses crimes e, muito mais que isso, um sistema específico só para combate a esses crimes — também não adianta a Polícia Federal ou, enfim, quem tem a atribuição de fazer o controle do tráfico internacional se utilizar de mecanismos normais de policiamento, porque ali os crimes não são os crimes normais, na verdade são os crimes específicos mesmo daquela região, muito específicos. E a forma de operação, o modo, as pessoas que fazem o crime e que trabalham com essa atividade ilícita ali são totalmente específicos daquela região.

O Paraná tem feito muito esforço naquela região, dentro dos limites da sua atribuição, para combate a esses crimes, tem tido sucesso, nós temos um recuo muito grande no tráfico de drogas. E eu friso muito quando falo no tráfico de armas, porque nós entendemos que o tráfico de armas e o tráfico de drogas são na verdade crimes co-irmãos — eu diria que é uma via de mão dupla: muitas vezes o tráfico de armas é realizado e estruturado com o tráfico de drogas, e muitas vezes se troca arma por drogas — isso é muito comum.



E como as armas saem do nosso País, vão para o país vizinho e depois retornam, é muito óbvia a conclusão de que ele pode estar indo para o país vizinho por troca da droga, no pagamento da droga, e posteriormente retornando, através de contrabando de tráfico internacional.

Acho que é possível se estabelecer um controle naquela região, e, portanto, nós vamos ter um decréscimo do índice de criminalidade, que se reflete naquela região, mas principalmente nos grandes centros — eu pontuo Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro, que são talvez as estruturas mais, eu diria, abastecidas com esse comércio ilícito hoje, principalmente de drogas e de armas. E os resultados, sem dúvida nenhuma, apareceriam no decréscimo do índice de criminalidade, se nós tivéssemos esse incremento desse tipo de policiamento.

Basicamente, eu acho mais importante do que se falar em números, em resultados do trabalho policial ou não, constatar que de fato há uma carência naquela região do combate. E não é uma carência que seja culpa, fruto dos policiais que trabalham naquela região, ou das pessoas que trabalham ali, mas exatamente da falta de uma estrutura específica de combate ao crime específico que é o crime daquela região, que não tem nada a ver com o crime urbano, com o crime visível, com o crime que a gente encontra nas grandes cidades, que a gente encontra, enfim, nas grandes capitais, nos grandes centros urbanos. É um crime específico daquela região e tem que ser combatido de forma específica, com um planejamento, com uma estrutura só voltada para esse tipo de crime, e não para a generalidade, para a gama de crimes que nós temos e hoje são notoriamente conhecidos.

Eu acho que basicamente era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Secretário.

Com a palavra o autor do requerimento, Deputado Eduardo Sciarra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Sr. Presidente, Deputado Moroni Torgan, nosso Relator, Deputado Paulo Pimenta, Secretário Delazari, que prontamente atendeu a esse convite para estar presente. Tivemos a iniciativa de fazer o requerimento convidando o Secretário Delazari, em função especificamente da fronteira que nós temos no Paraná com o Paraguai e a experiência que a área de segurança do Paraná tem com as questões específicas do contrabando de drogas e tráfico de armas.



Nós estamos vendo, a todo momento, lá na região de fronteira, movimentação que nos faz com toda a certeza concluir que aquela talvez seja a região mais frágil do País com relação à entrada de armas e drogas.

Nós temos lá, como disse o Secretário, uma fronteira ao longo do Lago de Itaipu que é de fácil transposição. No Município de Guaíra, que fica a noroeste do Estado, tem fronteira com o Mato Grosso, mas a fronteira do Mato Grosso com o Paraguai é uma fronteira seca. Nesses 2 pontos, ao longo do lago, em Foz do Iguaçu, e em Guaíra, através dessa fronteira, também existe uma passagem muito grande de armas. Isso nós sabemos ao longo de muitos anos.

Em 2003, conversando com o Presidente Deputado Moroni Torgan, propusemos uma proposta de emenda constitucional para dar poderes às Forças Armadas para atuarem nas faixas de fronteira, na repressão principalmente ao tráfico de armas e contrabando de drogas. Depois, em entendimento com o Ministério da Defesa, acabamos caminhando junto com um projeto oriundo do Senado Federal, do qual fui Relator na Câmara dos Deputados, que permitia que as Forças Armadas atuassem nas faixas de fronteira, em auxílio às forças de segurança. Eu acho que essa é uma das alternativas que nós temos de incrementar no combate, se nós tivermos a participação, o apoio das Forças Armadas, auxiliando as outras forças de segurança que já atuam, como a Polícia Federal, a Polícia Civil e a Polícia Militar.

Nós temos, por exemplo, nessa fronteira, unidades da Marinha e do Exército. Hoje sabemos que, de madrugada, pelo Lago de Itaipu, passam armas em canoas, balsas, jangadas, como passam também pela Ponte da Amizade, que liga a Cidade do Leste, no Paraguai, a Foz do Iguaçu, juntamente com outras mercadorias. Determinadas apreensões evidentemente comprovam que o fluxo é muito grande.

O que chama atenção também, e é por isso que o Secretário alertou, e é importante atentar para isso, já aprovamos requerimento convidando os fabricantes de armas do País para vir nos dar seu depoimento. É importante que as armas brasileiras são vendidas para o Paraguai e elas voltam para cá contrabandeadas, por essa fronteira a que nos referimos anteriormente. Atravessa-se a ponte e compram-se, no Paraguai, revólveres, pistolas, fuzis e munição, na maioria destinados a brasileiros.



Existem uma série de lojas de fachada. No Paraguai, em Cidade do Leste, que é na fronteira, não se respeitam os pré-requisitos para venda legal de armas, estimulando a clandestinidade. Um cidadão paraguaio, por exemplo, para comprar armas, precisa apresentar documentos pessoais, autorização das Forças Armadas e certificação de um curso que comprove capacidade de manuseio de armamento, mas ninguém respeita as regras. Uma série de lojas clandestinas, com fachadas de lojas de materiais elétricos, de esportes, são utilizadas para venda ilegal.

Essas vendas são controladas por uma instituição no Paraná, a Direção de Materiais Bélicos das Forças Armadas, não fazem o combate que deveriam fazer para impedir esse comércio.

O comércio clandestino, que usa lojas de fachada, é muito grande e desvia o foco do trabalho da própria Polícia. Então, as armas chegam muitas vezes em pequenas quantidades, pela forma como são transportadas e outras vezes em quantidades maiores, e acabam, enfim, sendo destinadas, como o Secretário falou, para capitais como Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro — acredito até que o Rio de Janeiro seja o principal comprador. Tenho convicção de que o Paraguai é o grande abastecedor efetivamente desse mercado que nós temos, desse trafico ilegal.

Tenho certeza de que algumas investigações em curso no Paraná poderão auxiliar o trabalho desta Comissão e, num determinado momento, se nós precisarmos ouvir reservadamente o nosso Secretário, teríamos condições no momento em que as investigações estiverem adiantadas.

Eu queria, de minha parte, agradecer a presença do Secretário e me dou por satisfeito com as explicações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O Secretário tem alguma observação?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - De constatar a facilidade com que se adquire armas no Paraguai. Compra-se arma no Paraguai como se se estivesse comprando qualquer eletrodoméstico, qualquer equipamento eletrônico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E isso agora, nos nossos dias.

O SR. LUIZ FERNANDO FERRIRA DELAZARI - Sim, agora. As lojas existem e estão lá. Inúmeras lojas, além de Cidade do Leste, têm filiais em outras cidades do



Paraguai, como Assunção, principalmente, que vendem armas de forma muito fácil, muito tranqüila.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Com a palavra o Relator, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Em primeiro lugar, quero cumprimentar o prezado Secretário pelo trabalho que vem desenvolvendo. Certamente a sua experiência e o seu trabalho em muito podem auxiliar o trabalho desta CPI.

Ontem nós tivemos aqui a apresentação de um trabalho apresentado pela ONG Viva Rio, trabalho feito em conjunto com a Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, no período em que era Secretário o nosso colega Deputado Josias Quintal. Achei o trabalho muito interessante no aspecto que diz respeito a uma análise que eles fizeram. Todas as armas apreendidas entre 1998 e 2003 foram objeto de uma análise específica, não só foram catalogadas, como também criadas condições para, a partir do seu número de série, das suas características, nós procedermos um trabalho de rastreamento.

Foi aprovado e certamente dentro de alguns dias nós estaremos aqui ouvindo os fabricantes de armas do País. E temos a pretensão de buscar a informação a respeito das informações necessárias da venda dessa arma. Nós temos um dado que nos foi apresentado aqui pelo General Rosalvo, que é quem pelo Exército brasileiro trabalha no controle da fabricação, comércio, desembaraço, que, desde 1999, o Brasil não vende arma para o Paraguai. Portanto, se nós tivermos condições de, a partir da parceria com o Governo do Estado do Paraná, obtermos uma informação detalhada pelo menos de parte dessas armas apreendidas mais recentemente, a respeito de suas características, número de série, modelos, certamente, isso pode nos ajudar bastante quando nós tivermos já essa informação que estamos atrás das características da exportação. O que está surgindo de forma freqüente na nossa Comissão são essas informações a respeito de operações triangulares, onde as armas saem do País. Nós queremos identificar exatamente que rota é essa e até que ponto os controles a respeito da exportação estão sendo feitos de forma correta, já que, ao que tudo indica, está havendo uma facilidade muito grande nesse processo de vai e volta.



Se tivermos condições de obter uma informação detalhada dessa caracterização das armas apreendidas, certamente isso pode ser um instrumento importante para que possamos agilizar o rastreamento dessas armas e compreendermos o mecanismo que fez com que elas, fabricadas dentro do Brasil, não vendidas para o Paraguai, num tempo tão rápido, já estejam não só colocadas no mercado paraguaio como também sendo apreendidas em território brasileiro.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Não vender diretamente para o Paraguai não significa não vender, porque exatamente a triangulação justifica essa realidade. Pode-se vender, por exemplo, para algum importador americano que depois revende para o Paraguai. É impressionante a facilidade e o número de armas nacionais brasileiras que são encontradas no Paraguai, na Cidade do Leste, e se compra isso com muita facilidade, com se tivesse comprando qualquer equipamento eletrônico, sem nenhuma forma de controle. E não é só arma, quando falamos em arma, que se entenda também munições. A quantidade de munições que entra ilegalmente em nosso País também é um número sério, muito significativo, e isso se obtém inclusive nessas feiras de mercadorias do Paraguai. Compra-se munição de forma absolutamente tranqüila, como se tivesse comprando qualquer brinquedinho do Paraguai. Então, não há por parte do país vizinho nenhuma forma de controle. Esse é um comércio ilícito que existe, gera muito dinheiro, e eu acho que não há interesse em acabar com ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mais alguma observação, Relator?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não. Eu só gostaria de poder receber essa análise.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Exato, o DNA das armas. Estamos numa fase lá no Paraná em que temos um foco de combate ao principal crime, o mais odioso, o crime contra a vida, e nós temos várias ações contra isso. Uma delas foi, primeiro, o estímulo ao policial através do pagamento dessa recompensa para que estimulasse a produtividade da apreensão de armas.

Segundo, é a campanha do desarmamento, que começou no Paraná antes do País todo, e que teve já, proporcionalmente, um número recorde de armas entregues e apreendidas. Acho que talvez o Paraná hoje deve continuar na liderança do número de armas apreendidas e entregues pela população. O grande



sucesso dessa campanha, Deputado, se consubstancia na informalidade com que ela é feita. Para que a população pudesse colaborar com a campanha do desarmamento, adotamos a informalidade para essa entrega como estratégia. Nós temos lá situações de parcerias com empresas de comunicação, rádios e jornais locais nas cidades pequenas, em que essas rádios e essas empresas de comunicação fazem a divulgação da campanha do desarmamento e recebem as armas, claro que com a presença de um policial, mas sem nenhuma forma de investigação e cadastramento. Vivemos um momento no Paraná de busca de retirada de armas do mercado sem que para isso se faça uma pesquisa rigorosa para identificação dessas armas.

Agora, eu acho que, quando entramos num tema tão importante como esse e num momento em que se verifica a intenção desta Casa de investigar esse crime, eu acho que é possível, sim, a Secretaria colaborar, exatamente estabelecendo uma investigação para descobrir o DNA da arma, de onde ela saiu, por onde ela passou, como ela chegou até a mão desse criminoso ou dessa pessoa que fez a entrega dessa arma.

Posso lhe dizer que dessas armas apreendidas, 36 ou 37 mil, quase 40 mil armas, apreendidas ou entregues, boa parte delas já foram destruídas porque a campanha do desarmamento também prevê essa...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - V.Sa. me permite?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu tendo a achar que as armas provenientes da campanha do desarmamento, segundo os dados que nós preliminarmente temos apurado, de uma forma geral, usando aqui a nomenclatura que aprendi, nós poderíamos classificá-las como armas informais, de uma forma geral fabricadas antes de 1987 ou comercializadas, onde não havia a necessidade do registro. As armas apreendidas talvez sejam neste momento aquelas que sejam de interesse maior do objeto da nossa investigação.

Aonde quero chegar com a minha pergunta? Dessas armas apreendidas recentemente, que são armas nacionais, quero saber o número de série, o lote de venda.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Para rastrear.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Para que nós possamos, quando da vinda aqui dos fabricantes de armas brasileiros, saber o seguinte. Bom, esse lote aqui foi vendido para Angola e apareceu em Foz do Iguaçu. Esse lote aqui foi vendido para os Estados Unidos, e assim por diante. Então, não precisa nem ser um grande volume de armas, mas, se nós pudéssemos pegar um extrato dessas armas apreendidas recentemente, talvez já seja o suficiente para que nós possamos entender essa lógica.

O delegado da Polícia Federal recentemente aqui num depoimento nos deu um exemplo muito interessante. Foi apreendida no Rio de Janeiro há poucos dias uma determinada pistola que conseguiram rastrear e identificaram que ela tinha sido vendido há 20 dias em Miami. Então, uma pistola comercializada legalmente em Miami em menos de 20 dias entrou no Brasil e foi apreendida em um morro. Isso nos permite entender a rota, a conexão, o mecanismo. Exatamente esse auxílio que estamos pedindo. Uma análise rigorosa de um extrato, podem ser mil armas, duas mil armas.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - É possível de ser feito e boa parte desse serviço já deve ser feito. Há uma grande diferença, o senhor tem toda razão, entre as armas do desarmamento e as armas apreendidas na mão normalmente de bandidos, a finalidade, a origem realmente são totalmente diferentes. E eu acho que nós devemos ter isso não diria com essa profundidade já, mas os dados já todos eles compilados. E eu me comprometo, então, no mais tardar no começo da semana que vem, dar um retorno para o Presidente da Comissão já esclarecendo isso e encaminhando os relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Bom, eu gostaria só de saber algumas coisas bem simples. A quadrilha essa do tenente-coronel realmente representa uma organização que trabalha com tráfico de armas?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Não especificamente. O tráfico de armas fazia parte da estrutura criminosa, porque o serviço que eles realizavam, o serviço criminoso, necessitava de armas. Eles faziam vigilância, policiamento e fiscalização de propriedades rurais lá, no Estado do Paraná, de forma absolutamente ilícita e com fins ilícitos. Mas a importância desta investigação é que revela a facilidade, a simplicidade com que se obtém arma no Paraguai. Isso está comprovado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eles chegaram a informar como é que adquiriram essas armas?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Sim, como compravam, como traziam para o Paraná. Isso está tudo comprovado na investigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E compravam, tinham intermediários, coisas assim?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - No Paraguai. Sim, tinham contatos, não são bem intermediários. Veja, ele é um policial, tem toda a facilidade do mundo para usar mecanismos, diria até quase oficiais, para poder fazer esse tipo de trabalho. Contatos e estruturas da Polícia. Agora, não é uma quadrilha de tráfico internacional de armas, apesar de estarem sendo processados por isso, investigados por isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Foi presa alguma quadrilha de tráfico de armas?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Não, recentemente não. Quadrilha especificamente, de crime organizado, não. Nem pela Polícia Federal, nem pela Polícia local.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Outra coisa que me deixa também preocupado: quer dizer que 90% das armas são nacionais?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - São, as armas apreendidas no Paraná são.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer, sai aquela ilusão de que tudo viria de fora.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Totalmente, não existe essa realidade. Diria até, do grande *show* da segurança pública, da grande mídia da segurança pública, não é a realidade do Paraná. Lá, 90%, diria até um pouco mais, que são armas nacionais. As utilizadas, inclusive, para ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agora, foi feito algum levantamento do setor de inteligência, para saber se as armas vendidas no Paraguai, de pequeno porte, se elas são, na maioria nacionais, nossas?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Não. Não, que eu tenha conhecimento, não. As armas apreendidas são. Agora, lá no Paraguai ainda não... O



senhor diz se a Polícia já esteve checando no Paraguai se as armas lá são nossas. Não. Esses dados a gente não tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ontem, estava conosco o Dr. Rangel Bandeira. Ele deu uma declaração, e eu disse que até hoje eu ia tentar esclarecer com o senhor: que o Governador Requião teria dado uma declaração que no Porto de Paranaguá funciona um corredor de tráfico de tudo, que teria uma...

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Eu diria que é uma avenida, não é um corredor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Uma avenida. E que teria uma empresa paraguaia que coordenaria, mas que na verdade os contêineres, em vez de irem para o Paraguai, ficam aqui pelo Brasil mesmo, muitos desses contêineres. Eu queria ter uma idéia disso.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Uma parte do porto público de lá foi privatizada e cedida para o Paraguai, porque é um caminho de escoamento que eles teriam através de porto para importação e exportação. Aquilo, então, não é administrado pela APA, que é quem administra o Porto de Paranaguá, tem uma administração, como se diz, independente. E aí, veja, as informações que nós temos, inclusive já existem investigações, até diria que avançadas, mas nada ainda definido e nada concretizado, mas de que ali realmente é uma área, diria que é uma zona franca, é mais uma Cidade do Leste dentro do Estado do Paraná. Com leilões, inclusive, de produtos contrabandeados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Com leilões lá?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Leilões lá, dos contêineres lá. Essas são as informações que nós temos. Trabalham ali de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E a nossa Polícia não atua lá?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - A Polícia Federal, é a Polícia Federal que teria a atribuição. Atua, parece que está atuando. Não quero até entrar nesse campo da investigação, porque a gente pode até atrapalhar um pouco, mas há uma investigação muito grande ali. O Governador tem reiterado as denúncias dessa prática lá, comunicou isso a várias instâncias já. E existe uma investigação, não sei se não conseguiram materializar, se houve um recuo. Mas a atividade era pública e notória, até um tempo atrás, realmente de comércio



absolutamente ilícito ali de mercadorias das mais distintas. Nenhuma que eu tenha conhecimento que comprove o tráfico de armas ali, a chegada de contêineres com armas, mas não descarto a possibilidade, até por que não existe um controle do país vizinho, é uma parte do Paraguai dentro do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E aí todo o tipo de arma, até leilões são feitos?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Leilões, saídas de contêineres, entrada de contêineres de forma absolutamente escusa, sem controle. Definitivamente sem controle. Agora, adianto que já existe uma investigação, não sei se alguma operação foi realizada, se alguém foi preso, mas existe uma investigação. O próprio superintendente da Polícia Federal do Paraná, que se reúne semanalmente comigo e com as outras estruturas da segurança pública, inclusive com o próprio Governador, tem absoluta ciência disso e tem uma equipe dele. Enfim, existe uma grande investigação. Agora, uma coisa é investigação, outra coisa é, de fato, a execução e a concretização dessa investigação. Eu não sei como que está isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está bom. Isso vai ter que ter uma...

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Pela ordem, Presidente Moroni Torgan.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Eu vou interromper, porque estou redigindo um documento de convocação do representante do porto público e do porto privado lá do Paraná, porque essa declaração, aqui feita, de que existe um enclave do Paraguai no Paraná, é extremamente grave. Eu acho que nós temos que trazer as autoridades responsáveis tanto pela área pública quanto pela área privada, para que possamos aqui ouvir dessas pessoas e comprovar esse tipo de permissividade que está acontecendo.

Estou redigindo um documento da convocação dessas autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sem dúvida nenhuma. É bem oportuno.

Bom, a notícia que nós temos é que os traficantes do Rio fazem encomenda do seu armamento em Foz do Iguaçu, inclusive já encomendando não é unidade,



não, são 10 armas disso, 20 armas daquilo, 30 armas daquilo outro. E agora essa notícia de jornal vem corroborar. Essa notícia que saiu no jornal diz que as armas chegam às cidades pequenas em quantidades misturadas com contrabando e drogas, grande parte é destinada ao Rio de Janeiro. Então, mostra que é um dos pontos de abastecimento do Rio de Janeiro, corroborando a denúncia que já tínhamos anteriormente. O senhor confirma isso?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Eu acho que, pelas informações obtidas pelo serviço de polícia que é realizado, sim. Não só de armas, de droga também, porque a origem desse comércio, que é muito paralelo, droga e arma, principalmente da droga, ela é, de fato, comprovadamente, produzida, plantada lá no país vizinho. Então, confirmo, pelas informações da Polícia, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Muito obrigado, Secretário. Vamos passar aos demais.

Deputado Colbert Martins tem a palavra.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, senhoras e senhores membros desta Comissão, eu gostaria de, ao cumprimentar o Secretário de Segurança Pública do Paraná, me cingir a um questionamento com relação aos controles internos da própria Polícia. De que forma a Polícia se autocontrola, Secretário? Carga de armas para policiais, os policiais militares, a exemplo de outros Estados, podem comprar armas particulares? Que número eles podem ter cada um? Tem tempo de uso? Tem tempo que eles possam vender? Qual é a forma que a Secretaria de Segurança Pública do Estado tem controle sobre as armas dos próprios policiais?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Isso mudou agora com o estatuto, com o novo regulamento. Nós estamos numa fase lá de adaptação a essa questão. O famoso *backup* a que o senhor está se referindo, que é a segunda arma do policial. As armas da corporação, controle absolutamente rígido, enfim, não identifiquei nenhum problema institucional com relação a isso.

Bom, com relação às armas dos policiais, isso é muito pessoal. Na verdade, o sistema de controle que existe em cima disso é a própria legislação e as estruturas de hierarquia dos comandos que repassam todas as orientações nesse sentido.



Agora, é muito difícil estabelecer, e eu vejo isso, uma forma rígida de controle porque isso depende da pessoa. Quer dizer, ela pode, por sua liberalidade, adquirir uma arma sem que a corporação tenha controle efetivo disso.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Mas esses policiais têm, como em outros Estados, como em São Paulo, quando antes, eles tinham permissão para ter uma ou duas armas? Tem alguma determinação ou coisa escrita da Secretaria?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Não. Limitando o número e a quantidade de armas dos policiais, não. Quem faz isso é a própria legislação. Hoje, a legislação limita isso, e até há uma grande discussão nacional de que forma isso vai ser tratado. Acho que tem que, de fato, haver um regulamento específico para isso, mas não há nenhuma determinação específica limitando o número de armas, não.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - O senhor tem conhecimento de que policiais têm mais de uma arma, além da arma de serviço, da arma oficial, tem mais...

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Não, não tenho conhecimento, porque, veja, isso não faz parte da nossa função. Não é o Secretário que tem que controlar se o policial tem mais de uma arma ou não. Eu vejo assim. Isso é a legislação que faz. Se é possível ele ter 10 armas, e a legislação garantir o direito dele de ter 10 armas, desde que registradas e devidamente autorizadas, eu não vejo nenhum problema nisso. A não ser que isso passe para o campo da ilicitude.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - No caso do Paraná, o senhor tem conhecimento desses registros de armas de policiais? A quantidade de armas registradas que os policiais militares e civis têm no Paraná?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Não, não.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Não tem.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Não tenho. Mas, veja, não deve ser muito difícil de a gente fazer esse levantamento. Eu não vejo até nenhuma motivação para isso, não identifico, administrativamente, nenhuma motivação para isso. Desvio na atividade policial existe e, é claro, que você tem que coibir, veementemente, com repressão, com punição, com sanção. Agora, administrativamente, não vejo qual seria a motivação.



O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - A nossa Comissão tem ido por um caminho de Estados onde os policiais podiam permanecer com armas durante um determinado período, depois vendê-las. E, de qualquer forma, essas figuras que têm mais facilidade, até por que vimos aqui que policiais podem comprar com abatimento de 50% as armas, eles podem se transformar em potenciais fornecedores. Em razão disso, é que estamos querendo questionar as questões de controle e segurança do aparelho estatal.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Entendi. Mas essa não é a nossa realidade lá, não. Nós não temos essa autorização, nem esse comando para poder vender ou não. Administrativamente, não se estimula isso.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Outra coisa, Secretário. Com relação a essa questão do porto. Quem faz esse tipo de controle, é apenas a Polícia Federal?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - É.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - A Polícia Estadual tem algum nível controle ou de investigação?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Dentro do porto, não. Dentro do porto, não, nessa localidade, não, porque não é área de atuação.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - O porto é área alfandegária da Polícia Federal?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Exatamente. E eu até não sou um profundo conhecedor desse assunto, não. Sei, assim, efetivamente o que acontece pelo próprio Governador, que repassa a indignação dele com relação a essa situação, mais de uma vez, reiteradas vezes, mas não é nossa atribuição ali.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - E por último, Secretário, nos casos das apreensões de armas que as Polícias Militar e Civil do Paraná fazem, a associação com tráfico de drogas é freqüente, permanente?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Freqüente e permanente. É muito difícil você identificar uma estrutura, por exemplo, "que trabalhe", entre aspas, que mexa com o tráfico de drogas que não tenha arma no meio, que não tenha tráfico de armas no meio. É muito difícil.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Deputado.



Deputado Luiz Couto com a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Secretário, o senhor disse que não considera ilicitude o fato de um policial ter 10 armas.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Não, não foi isso o que eu disse. Eu disse que quem regulamente isso, Deputado, é a legislação.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, mas depois o senhor disse: *“Eu não veria nenhuma ilicitude se o policial tivesse 10 armas”*.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Desde que ele tenha autorização legislativa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas o senhor acha que um policial...

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Não, acho que não. Eu sou contrário.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...com o salário que recebe, ele não estaria, com 10 armas, cometendo uma ilicitude?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Não necessariamente, porque, primeiro, que o policial no Estado do Paraná, principalmente os oficiais, ganham bem; segundo, uma coisa é você adquirir uma arma nova, outra coisa é você adquirir uma arma usada, que é possível, que é legal, cujo preço gira em torno, por exemplo, um revólver calibre 38 gira em torno de 200, 250 reais. Quer dizer, não é um valor inatingível para um policial. E, veja, eu não estou especificando, eu estava generalizando.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Não estou me referindo a nenhum caso específico. Não conheço nenhum policial do meu relacionamento que tenha 10 armas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Claro. Mas o senhor, por exemplo, não tem o controle das armas que a Polícia Militar tem, mas da Polícia Civil o senhor tem o controle de quantas armas estão cauteladas na Polícia Civil?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Não, não. Eu tenho o controle das armas da Polícia Militar e da Polícia Civil, das armas da instituição.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.



O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - A gente faz um absoluto, rigorosíssimo controle. Eu não tenho a informação, eu não tenho o censo de armas de propriedade particular dos policiais.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Nem da Polícia Civil, nem da Militar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O Estado do Paraná, segundo pesquisa da Organização Não-Governamental Viva Rio, é o Estado com maior número de lojas de armas e munição do País. Como o Governo controla esse comércio?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Como assim?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O Governo do Estado tem algum tipo de controle?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Tem conhecimento se a Polícia Federal faz também esse controle?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Que eu tenha conhecimento... Veja, existem os mecanismos legislativos que obrigam as instituições a realizarem o controle, e não é da minha alçada, da minha secretaria realizar esse controle administrativo. O trabalho que a gente faz na Secretaria é de combate à criminalidade e às ilicitudes. E se se identificar algum comércio ilegal de venda de armas, evidentemente a polícia tem que ter uma atuação rigorosa. Agora, o controle administrativo do comércio legal de armas não é da nossa atribuição.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Essas armas que vêm para o Porto de Paranaguá, elas com certeza vêm através das BRs, das estradas. E aí, a Polícia tem algum tipo de controle sobre esse tipo...

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Deputado, eu não tenho conhecimento da existência, como disse aqui, da existência de armas no Porto de Paranaguá. Eu conheço a situação do porto privado, da existência de ilegalidades no porto privado — inclusive de leilões —, mas não de armas, não de armas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não de armas.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Não. Eu suponho que deva acontecer também.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Segundo a Organização Não-Governamental Viva Rio... Ou seja, os estoques de armas, eles normalmente estão com as empresas de segurança privada. O senhor tem o número de empresas de segurança privada que funcionam no Estado do Paraná?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Não, não tenho. Esse controle também é feito pela Polícia Federal; não é feito pela minha Secretaria. Toda a regulamentação, toda a fiscalização é feita pela Polícia Federal, e não tenho esse controle.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O que significa que essas empresas de segurança privada, na grande maioria são policiais que fazem picos nessas empresas. O senhor tem conhecimento disso aí?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Veja, o conhecimento... Eu não sei se essa é uma realidade no Estado do Paraná. Eu tenho conhecimento, porque a gente sabe que os policiais fazem pico, mas não especificamente no meu Estado. Eu tenho conhecimento *lato sensu*. É proibido esse bico no Estado do Paraná. Inclusive a própria, a nova... a reforma do regulamento da Polícia Militar agora prevê uma sanção mais rigorosa. É uma preocupação que a gente tem. Nós recentemente prendemos uma quadrilha de... exatamente de estruturas da Polícia Militar que realizavam esse trabalho informal e ilegal de segurança privada, do qual o chefe era um tenente-coronel da ativa e mais 6 policiais da reserva, que foram todos presos por decisão judicial.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Há alguma ocorrência de desvio de armas e munições de quartéis ou da Secretaria de Segurança Pública?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Não, não, de intensidade, de peso, não. Não é uma prática. Acontece uma ou outra situação de um furto ou de um... enfim, de um extravio, mas coisa muito... sem nenhuma significância.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Há um dado também que chama a atenção — não sei se no Estado do Paraná ocorre —, que são armas que policiais bandidos dizem que perdem e depois essas armas aparecem nas mãos de quadrilhas ou a serviço do crime organizado. E também há o fato de policiais também apreenderem armas de quadrilhas e de não entregarem essas armas à corporação ou à Secretaria e ficarem com essas armas e fazerem a venda dessas armas. No Estado do Paraná ocorre também esse fato?



O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Não. Veja, pontualmente eu diria assim: essa é uma realidade, quer dizer, o comércio ilícito, ele é fomentado, sem dúvida nenhuma, muitas vezes pelas estruturas do Estado e até as estruturas policiais, lamentavelmente. Por isso que no Paraná... Em decorrência exatamente dessa situação é que no Paraná nós estabelecemos, então, uma recompensa ao policial, no seu vencimento mensal, quando ele apreende a arma e entrega essa arma para o Estado. Quer dizer, toda arma apreendida no Estado por um policial, esse policial recebe 100 reais. Se forem duas armas na mesma operação, 200 reais. Se forem 10 armas, mil reais. Porque nós pagamos 100 reais por arma apreendida pelo policial, exatamente para evitar o fomento do mercado ilícito através das estruturas policiais. Porque essa é uma realidade, e o nosso objetivo era acabar com isso. A outra pergunta? A primeira.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - No caso de policiais que fazem apreensão de armas, de quadrilhas...

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Ah, toda arma... É, eu me lembrei.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... e que não entregam para...

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Não, isso... Por isso que nós realizamos o pagamento. Isso é crime, não é, evidentemente que é crime e tem que ser rigorosamente punido. Agora, lá no Paraná o nosso objetivo é acabar com isso estimulando que o policial faça a entrega, que não cometa um crime, por incrível que pareça, e que faça a entrega dessa arma, recebendo 100 reais por isso. Agora, toda arma da corporação, Polícia Militar ou Polícia Civil, que ela é extraviada, furtada, roubada, perdida, imediatamente é instaurado um procedimento administrativo na Polícia Civil e uma sindicância na Polícia Militar para averiguar isso.

E se não ficar comprovado que ela foi de fato na boa-fé extraviada, furtada, roubada, o policial é punido. Lá se trata com o máximo rigor. É uma determinação, é uma política de Governo o combate a esse tipo de situação.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Também o tráfico de armas acontece não apenas do Paraguai, mas também — nós temos conhecimento, informação — através de portos. E nossa costa é muito... E não há fiscalização, não é, não há



fiscalização. Essa fiscalização deveria ser realizada tanto pela Polícia Civil como pela Polícia Federal. Eu pergunto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Para encerrar, por favor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Para encerrar? As perguntas, para que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É que nós temos outro depoente; ainda temos outra exposição.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas eu queria saber também se há da parte da Polícia Civil do Estado do Paraná algum tipo de controle, fiscalização, com relação à nossa costa, com relação aos navios que chegam e que muitas vezes, ao chegarem ao porto, em alto mar, já tem barcos que pegam essas armas e levam para os traficantes.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Deputado, nós temos uma cidade, a cidade de Paranaguá, que é conhecida, e o maior porto exportador de grãos do mundo, que é o porto de Paranaguá. A atribuição do policiamento e da fiscalização do porto não é da Polícia Civil nem da Polícia Militar. E nós estaríamos inclusive cometendo uma ingerência de atribuição se nós fizéssemos esse trabalho. O que existe é uma fiscalização da nossa competência, quer dizer, dentro da cidade de Paranaguá. E aí a Polícia está sempre atenta para esse tipo de atividade. Agora, nós não temos atribuição, não podemos realizar esse combate a esse crime de porto, a esse crime de fronteira, porque não é da nossa atribuição. Estaríamos invadindo a esfera de atribuição da outra instituição, apesar da finalidade parecer ser a mesma.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - De acordo com a representação da Marinha, a Polícia Civil como a Polícia Federal têm a competência de fiscalizar a nossa costa, para que o crime não aconteça.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Não especificamente o porto, não é?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, eu falei a costa.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Ah, a costa. Claro, evidente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, nesse sentido, se...

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Há todo um empenho, a compra de equipamentos, 2 motoplanadores. Nós temos barcos, compramos 15



barcos para disponibilizar para a Polícia, não só para crime de contrabando e tráfico de armas, também para crimes ambientais, não é? Mas há toda uma intensidade... O litoral do Paraná é o menor do Brasil. Então, é um litoral que é possível de ser controlado — muito facilmente controlado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Muito obrigado.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Todo ele urbanizado. Então, enfim, lá é mais tranqüila a situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Deputado Luiz Couto.

Secretário, eu gostaria de saber — porque nós gostaríamos de ouvir o tenente-coronel, mesmo que não seja enquadrado basicamente sobre tráfico, mas ele foi... judicialmente foi indiciado no tráfico.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Compreendeu? Então, ele deve saber também as facilidades que tem. E isso a CPI...

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Não tenha dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ... gostaria de ouvir. Eu gostaria de saber se a apresentação dele aqui... a Secretaria poderia trazê-lo. Aqui teria como...

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Poderia, poderia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Na semana que vem.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Poderíamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Poderia?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Eu precisaria de uma autorização da Justiça Federal, porque ele está sob custódia da Justiça Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, nós vamos mandar os ofícios...

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Sem problema nenhum. A gente pode fazer essa... Acho que a própria Polícia Federal pode também fazer essa custódia dele, desde que haja autorização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele foi... está custodiado pela Justiça Federal.



O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Federal, pela Justiça Federal, por um mandado de prisão expedido pela Justiça Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, então talvez aí teria que ser a Polícia Federal.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Mas se precisar do apoio da Secretaria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Se precisar, não terá problema nenhum.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Nenhum, nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vocês teriam algum aviãozinho...

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Tem avião, tem avião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ... alguma coisa que poderia trazê-los.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Tem. Precisaria falar com o Governador, porque o Governador controla.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, rapidamente. Tem que agilizar. Porque amanhã, por exemplo... Nós já tivemos dificuldades para ouvir a testemunha. Só vamos ouvi-la terça-feira que vem, devido a essa dificuldade de transporte, de coisa... de pessoas que estejam presas. Então...

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Nós vamos garantir que a responsabilidade fiscal do Governador do Paraná está garantida com esse aviãozinho que vai vir aqui, sem nenhuma dificuldade.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - É serviço de segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É serviço de segurança. Eu acho... Fica tranquilo, Deputado.

Secretário, eu gostaria de agradecer o apelo. Eu acho que teremos uma atuação no Paraná, e teremos outros encontros, e vamos precisar da parceria com V.Exa. V.Exa. tem a palavra para finalizar.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI - Só agradecer e enaltecer esta Comissão pela, diria, pela prestação de serviço de segurança pública que está fazendo para o País, porque esse é um problema muito sério que precisa e merece,



sem dúvida nenhuma, atenção. Eu acho que, quando o Congresso começa a discutir isso mais profundamente, é muito importante. Os resultados, eu não tenho dúvida, serão positivos, porque é um problema. E eu, no que puder colaborar — inclusive já na semana que vem encaminho esse relatório, a pedido do próprio Relator —, eu farei o possível para a gente resolver. Saindo daqui, já vou começar a realizar os contatos para resolver isso. Estou sempre à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Muito obrigado pela presença de V.Exa.

Vamos, rapidamente, já solicitar que venha à Mesa o Dr. Getúlio Bezerra Santos, Diretor do Departamento de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal, do Ministério da Justiça.

É uma satisfação muito grande ter aqui o Dr. Getúlio. Eu, particularmente, me lembro, quando fui Delegado de Entorpecentes, que ele já estava à frente dessa área no Brasil. E é com muita alegria que o recebo aqui. E agradeço, de pronto, a aceitação de V.Sa. ao chamado da CPI. Aliás, o Dr. Getúlio, desde antes do início da CPI, já tinha se proposto a auxiliar nesses trabalhos, e tem, durante muitos anos, trabalhado contra o crime organizado. E quero agradecer, de pronto, ao Dr. Getúlio e ao Dr. Paulo Lacerda por esse apoio que nos dão à CPI.

V.Sa. tem a palavra, pelo tempo de 20 minutos, ou o que julgar necessário. Posteriormente, então, iremos às arguições.

O SR. GETÚLIO BEZERRA SANTOS - Sr. Presidente, Deputado Moroni Torgan; Sr. Relator, Deputado Paulo Pimenta, como já foi dito, eu desempenho na Diretoria de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal. Tenho, na melhor conta, todos os esforços das CPIs que ocorreram recentemente no País, notadamente a CPI do Narcotráfico e a CPI do Roubo de Cargas, que deixaram resultados bastantes marcantes no esforço de repressão em benefício da segurança pública. A CPI, como instrumento de chamamento da atenção sobre o problema e, principalmente, pela independência do Parlamento em trabalhar esses temas bastante sensíveis, e, principalmente, pelo aspecto das recomendações que possam ser feitas e encaminhamento das soluções dos problemas, eu sou bastante otimista. Eu já disse, estou me desempenhando agora na Diretoria de Combate ao Crime Organizado, venho da atividade de repressão a entorpecentes, e que dela não me afastei. Quer dizer, essa diretoria é uma estrutura nova, e eu vim aqui, justamente,



para dar esta contribuição para a CPI, para os Srs. Parlamentares, sobre o esforço institucional, o que nós estamos fazendo com relação à repressão ao tráfico de armas, que é uma matéria novíssima. Nós temos um Estatuto do Desarmamento ainda inconcluso, quer dizer, com alguns aspectos a serem deliberados, e a Polícia Federal, no atual Governo, passou por uma modificação, se proporcionou a uma nova estrutura. E nós temos, exatamente na área de crimes contra o patrimônio, que já foi fruto de sugestões, de recomendações da CPI das cargas, com relação a uma atuação mais marcante, no tocante a cargas e valores e assalto a bancos, desde que tenham sido praticados com repercussão interestadual e que venham a merecer repressão uniforme e praticados por organizações criminosas. Então, a gente vai mostrar aqui para os senhores, muito rapidamente — o tempo é mais do que suficiente —, para mostrarmos os esforços institucionais que estão sendo feitos com relação à matéria, objeto da CPI, que é o tráfico de armas. Nós vamos mostrar a nova estrutura da Polícia Federal. A partir do ano de 2003, tivemos uma estrutura nova e que está em fase de consolidação. Essa nova estrutura acompanha também um subsistema de repressão ao crime organizado, não no sentido genérico, mas naquelas atividades que essa nova diretoria tem responsabilidades: drogas e produtos químicos; armas; assalto a banco, cargas e lavagem de dinheiro. Então, temos tratado dessas matérias como dentro de um sistema. Por último, a gente vai fazer um comentário — porque somos também tão novos, acredito, quanto a CPI, um pouquinho mais velhos —: nós fizemos o primeiro encontro, agora, no mês passado Foi o Encontro Nacional para Repressão ao Tráfico de Armas, destinado à clientela dos chefes das unidades da Polícia Federal. Essas unidades são especializadas. No mês passado, nós fizemos esse encontro, inclusive com a presença do Deputado, Presidente Moroni Torgan, que nos honrou com a presença. Esse encontro foi realizado em Goiânia, na segunda quinzena de março, e foi bastante importante esse encontro. Quer dizer, foi quase que um marco zero. Até na hora nós comentamos que a CPI estava dando os primeiros passos, e essa atividade de repressão ao tráfico de armas na Polícia Federal também estava dando os primeiros passos. E, com uma ressalva para os senhores, essa questão do tráfico de armas não é exclusiva... não é exclusiva a repressão da Polícia Federal. Não é exclusiva, senão naquelas ocorrências de tráfico internacional que venham a exigir uma repressão uniforme ou que seja também de caráter interestadual. Então,



nesses aspectos particulares, nós poderíamos intervir. Mas não é exclusividade da Polícia Federal. É uma atividade criminosa, punível, prevista nos Códigos, e deve ser reprimida por todo o elenco, todas as forças de segurança do País. Mas também não estou falando isso para fugir da responsabilidade. Também, se fosse exclusividade nossa, a gente iria se desempenhar da melhor maneira possível. Então, rapidamente, vou mostrar para os senhores a nova estrutura da Polícia Federal, de 2003 para cá, que está se consolidando. Ela tem de novidade — aqui em amarelo — uma diretoria de combate ao crime organizado. A Polícia Federal tinha uma Coordenação de Entorpecentes e transformou essa Coordenação praticamente em uma Diretoria de Crime Organizado, colocando juntas as atividades de repressão às drogas, produtos químicos, lavagem de dinheiro, armas e os crimes contra o patrimônio, notadamente assalto a banco e cargas, que têm causado prejuízo incrível à economia do País, principalmente cargas e transportes de valores. Então, é essa a nova estrutura que a Polícia Federal tem, agora, na atual administração. Nessa diretoria de combate ao crime organizado, nós temos estas atividades: o tráfico de armas; crimes contra o patrimônio, que são cargas, assalto a valores e bancos, desde que o crime seja praticado por organizações criminosas e que venham exigir uma repressão uniforme. Aí, compete à Polícia... Nós temos atribuição, sem prejuízo da atuação dos demais órgãos de segurança. Sem prejuízo da atuação dos demais órgãos de segurança, até para não causar nenhum tipo de melindre ou de ciúmeira. Nós estamos aprendendo essas atividades. Aprendendo. Nós estamos com as mãos estendidas e dispostos à cooperação. Têm áreas que nós estamos, realmente, no aprendizado ainda muito intenso, para poder nos igualar com o conhecimento que as Polícias estaduais detêm. Outras, não. Temos bastante conhecimento, já há bastante *know how*. No caso dos químicos, das drogas, de lavagem de dinheiro. Mas, no caso de tráfico de armas, no caso de crimes contra o patrimônio, nós temos também muito o que aprender. Estamos aprendendo e operando. Então, temos essas atividades: 27 projeções regionais. Ou seja, em cada Estado onde há uma superintendência regional — e os senhores conhecem, mais ou menos, a nossa estrutura —, no Estado, nós temos uma delegacia especializada. Fora isso, temos essas unidades sub-regionais, que chamamos, que são aquelas delegacias do interior. Naquelas cidades de maior importância estratégica, ou política, ou econômica, a Polícia Federal tem uma delegacia. E essa delegacia



também é o núcleo de repressão a essas atividades. Portanto, o sistema é, mais ou menos, capilar em todo o território nacional. E a gente está se apresentando nesse esforço, repito, sem prejuízo da atuação dos demais órgãos de segurança pública. A não ser naqueles casos específicos que sejam da atribuição da Polícia Federal. Fora isso, é um esforço a mais que está sendo colocado à disposição da sociedade. Dentro da diretoria, nessa estrutura nova de crime organizado, nós estabelecemos um sistema de combate ao crime organizado para aquelas atividades. Ou seja, cada atividade daquelas enumeradas vão merecer o título de subsistema. Nós já temos um subsistema para drogas e químicos, chamado SIREN, e estamos estabelecendo os outros subsistemas, para agir com capilaridade em todo o País, e integrado com as demais agências de segurança especializadas, inteligência, fiscalização e controle. Então, nós temos lavagem de dinheiro; roubo de cargas e valores, e o subsistema de repressão ao tráfico ilícito de armas. Isso, dentro daquela estrutura. Nós temos o órgão central, aqui em Brasília. Em cada Estado nós temos as unidades regionais, e as sub-regionais, que nós chamamos, são aqueles núcleos existentes nas delegacias. Então, em uma visão espacial, o subsistema que nos interessaria aqui seria o subsistema de repressão às armas. Inclusive ouvi atentamente o Secretário do Estado do Paraná, que dizia da necessidade de se integrar, de se ter um sistema. Quer dizer, a coisa fica um pouco... Realmente, esse pensamento também é o nosso pensamento. É um trabalho integrado. Nós temos momentos distintos para fazer essa repressão às armas, à droga ou ao contrabando. Um é o momento de fiscalização ostensiva, aberta; outro, é o trabalho de inteligência, o trabalho de ampliar o conhecimento sobre a estrutura das organizações criminosas e atuar cirurgicamente, para descapitalizar, inclusive punindo severamente, punindo e descapitalizando a receptação e atuando nos momentos de fiscalização. Essa questão que foi colocada pelo Secretário sobre Foz do Iguaçu, ou sobre o Paraguai, como se fosse, talvez, o grande problema, ou o ponto crucial, nós temos vários outros pontos também, que são pontos de alta sensibilidade, e que eu admito que fisicamente, nem se colocasse todo o efetivo das Forças Armadas naquele trecho de fronteira seria um policiamento eficaz. Mas nem por isso. É desnecessário o policiamento ostensivo. É necessário nesses pontos de aduana; Polícia ostensiva Militar ou Polícia Rodoviária Federal, e a Polícia Federal também, atuando mais na área de obtenção de conhecimento, mais pontual. Então,



esses são os subsistemas. Em uma visão espacial, o desenho de um subsistema de repressão ao tráfico de armas, que pode ser institucionalizado — como está sendo feito, a nível administrativo, na Polícia Federal, e a gente possa expandir isso. Esses sinais que nós colocamos aqui, atômicos, é justamente para mostrar a irradiação com as demais agências de fiscalização, controle, fazenda, receita, inteligência, de todos os níveis, Municipal e estadual. Tem que haver essa integração. Sem essa integração, não teremos um trabalho eficaz. Isso aqui é uma visão espacial de um subsistema. Dentro da Diretoria de Combate ao Crime Organizado, nós temos uma divisão de repressão ao tráfico de armas; temos as Tele-Armas, que não são 3, mas 27 — isso, aqui é no sentido figurado. Nas delegacias — mais de 100 que temos no Brasil —, temos aqueles núcleos especializados. Isso tudo integrado com as demais entidades de segurança, inteligência, etc. Ainda mais, nesse segmento, temos uma colaboração muito importante dos segmentos da sociedade organizada, as famosas organizações não-governamentais, que têm proporcionado estudos bem interessantes, que o próprio Poder Público ainda não detém. Esse é um assunto novo. O único registro de armas que se conhece oficial no País ainda é o SINARM, que está dentro da Polícia Federal, e ainda não dá um retrato oficial do número de armas que possam ali estar registradas. Mostro para os senhores aqui, exatamente, só para motivação: as armas que a gente busca... quer dizer, basicamente, isso já é também dito. As armas que estão sendo traficadas dentro do Brasil, ou comercializadas ilegalmente — não vou chamar de tráfico, mas ilegalmente comercializadas — de 70% a 80%, não tenho bem certeza do número, até porque isso é feito por 1 instituto ou 2, isso são armas nacionais. Quer dizer, o grande “vilão da história”— aspas — da questão das armas é a própria indústria nossa, que não pode ser punida também por isso. Quer dizer, ninguém está colocando culpa em ninguém. Mas é a realidade: a grande massa de armas que são apreendidas são armas nacionais. Agora, as armas que realmente estão matando, que estão assaltando, que estão causando pânico, são armas que não podem ser comercializadas dentro do País, de nenhuma maneira, e que aqui estão ingressando. Aí é que reside o grande desafio nosso, como agente de segurança pública e as demais entidades em desvendar este mistério: as grandes armas. Então, eu anotei aqui para os senhores o seguinte: até então, a Polícia Federal não fazia investigação de arma, diretamente. Eu vou focar as armas, uma organização



que venda arma. Eu estou com 30 anos na Polícia, nunca vi depósito de armas para comércio, nunca vi. A gente alcança armas, incidentalmente, em ações de repressão às drogas; ao contrabando; a assalto a bancos, principalmente; a carros de valores. A gente encontra armas, explosivos, granadas, etc. Mas, diretamente, a gente, até então, não fazia esse tipo. Com essa estrutura nova, nós passamos a ter uma unidade especializada. Já temos alguns casos em que o foco foi a arma, foi o comércio da arma, o comércio ilegal da arma, o tráfico daquelas armas. A partir daí já se obteve um resultado. As outras grandes apreensões que nós fizemos de armas, os senhores vão ver que poder letal têm essas armas, que são armas ou de calibre não permitido para comércio no Brasil — que ingressaram no País —, ou muitas vezes desviadas das nossas Forças Armadas, que também são, em tese, um supridor dessas armas pesadas — um supridor, não é maioria, mas é significativo, de armas que são desviadas —, e têm toda a propriedade para manter sob controle as suas armas. Então eu vou mostrar aqui uma série de fotografias com algumas operações, muito rápido, só para os senhores verem. Nós temos metralhadora ponto 30, metralhadora ponto 50 — coisas incríveis, para serem usadas para detonar carros-fortes, para estourar cofres, para intimidar, para assaltar cidades inteiras. Isso é uma realidade nova, que nós, Polícia Federal, estamos aprendendo. É o nosso Vietnã. Ano passado, por exemplo, morreram policiais, e outros tantos foram feridos. O número de bandidos mortos também foi muito grande, e isso não agrada ninguém, 13 ou 14, em ações. São os mais violentos esses enfrentamentos como roubo a banco, assalto de valores e roubo de cargas. Principalmente, as armas utilizadas são essas que eu vou mostrar para os senhores aqui. Aqui foi uma operação em que houve um roubo de carga audacioso, de ouro, no aeroporto de Brasília, há um tempo atrás, no ano 2000. Vejam as armas que foram apreendidas. Isso é depois, quando se vai apresentar para a imprensa o resultado. Não está aí embutida a adrenalina da operação. Então, de junho a outubro foi realizada a investigação. Vejam a quantidade de munições e as armas que foram apreendidas, armas importadas... Esta arma aqui, a Uzi, por exemplo, não é vendida no comércio brasileiro. É proibida essa arma. Ela vem de fora. Granadas, etc. Esta operação aqui foi uma operação em Tocantins. Vejam a quantidade de armas. Afora grupos especiais das Polícias — o Rio de Janeiro tem o BOPE e tem o CORE, Brasília tem o COT, da Polícia Federal —, dificilmente a Polícia tem esse armamento



ordinariamente. Isso aqui é encontrado com as quadrilhas. Vejam o tipo de armamento. Esta aqui, pilão arcado, o tipo de armamento. Aqui morreu 1 policial e houve 2 feridos. Este índio aqui não tem nada a ver com a situação indígena. É que o traficante, o bandido, chamava-se Índio. Era a Operação Índio. Fortaleza, pode passar. Cristalina. Estas pessoas iam com esse armamento assaltar uma cidade no interior de Minas e foram interceptadas em Cristalina. Não foi por acaso. Elas estavam sendo seguidas, e, antes que começasse a operação, resolveu-se que o lugar mais apropriado seria Cristalina. Houve um enfrentamento e morreu um criminoso, outro ficou ferido. E, pasmem, uma senhora ia com uma criança no colo, para poder transparecer que era uma família passeando ali no posto, um posto fiscal da Polícia Rodoviária em Cristalina. No momento em que os policiais sinalizaram para o carro parar, os senhores não imaginam o que aconteceu. Estas armas estavam com eles. Esta aqui é uma ponto 50. Iam detonar um carro-forte. Aqui, São Paulo. Isto aqui foi já em novembro de 2004. Foi uma operação limpa. Não teve tiros, nada. Foi uma operação muito pontual, em que se prendeu um assaltante de bancado chamado ET, que a Polícia de São Paulo considera o número 1. Não foi dado um tiro, agora, vejam as armas que ele tinha. Aqui tem uma bolsa com dinamite. Eles colocam essa bolsa na mão do gerente do banco e ameaçam explodir via rádio, sinal de rádio. Isto aqui foi recente, no Nordeste, em Patos, na Paraíba. Iam tomar uma cidade, assaltar 3 ou 4 bancos. Ainda bem que nós temos esse acompanhamento. Mas todas as armas foram apreendidas em decorrência de uma operação com outro objetivo, ou de assalto a banco, ou de cargas ou de drogas, não diretamente de armas. Esta operação aqui, chamada Operação Gatilho, já foi a primeira operação grande que a Unidade de Repressão ao Tráfico de Armas fez. Ela teve repercussão no Nordeste, em Recife, e em Porto Alegre. Esta foto aqui não retrata. Nós temos mais de 2 milhões de itens de munição apreendidos e umas trezentas e tantas armas. Havia praticamente uma rede de distribuição no Nordeste dessas munições, que vinham da região de Porto Alegre. Isso aí depois a gente vai fornecer para a CPI. Está à disposição esse material. Inclusive, um dos delegados que participou dessa operação vai ser colocado à disposição da Comissão. Está tramitando administrativamente já esse procedimento, interno. Esta já foi uma operação em que o foco era a arma, era o desvio de munição e de armas. Então a gente já pode dizer que agora a gente já tem uma unidade que foca a questão das



armas. Esta aqui agora também focou armas. Estas armas aqui eram destinadas ao PCC, que é um grupo organizado criminoso de São Paulo. Essa investigação, ela se centrou nas armas dessa facção. Foi muito recente, foi esse mês agora que foram apreendidas essas armas, inclusive uma metralhadora tcheca. Esse tipo de armamento é um armamento que não é vendido, não é disponível, ele ingressa aqui de qualquer maneira. Então hoje nós temos no Brasil, Presidente, uma unidade da Polícia Federal que se apresenta sem exclusividade, mas para cooperar com esse esforço, com um sistema capilar. Necessariamente, tem que haver integração com as outras Polícias, em todos os níveis, municipal, estadual, agências federais de controle e fiscalização, para a gente poder fazer um trabalho eficaz. Aquilo que foi feito com muito entusiasmo na época da CPI do Narcotráfico... Eu acredito que a gente possa, primeiro, chamar a atenção para o problema. Já está chamando. A Comissão já está chamando a atenção para o problema, para uma reflexão, e depois deve encaminhar soluções de estabelecimento de sistemas de cooperação, melhorar um pouco alguma coisa na legislação, dotar melhor os recursos para os próprios organismos de segurança, que vivem numa indigência crônica. Este encontro aqui foi o encontro a que eu me reporteí. O Presidente esteve presente. Foi o Encontro Nacional de Repressão ao Tráfico de Drogas, destinado aos policiais federais que trabalham nessas unidades novas, ou seja, os titulares. Foi um marco, realizado no mês passado. Algumas reivindicações. Eles têm um elenco de reivindicações. O encontro durou 3 dias. Nós tivemos palestras muito expressivas do General Rosalvo, do Exército, que tem responsabilidade com o problema de armas e munição; da Receita Federal; de um promotor de Justiça de São Paulo, estudioso da matéria; de um delegado da Polícia Civil do Rio de Janeiro titular da unidade de armas, que nos deu também grandes ensinamentos; e de um representante das Nações Unidas e da Organização Viva Rio. Tudo isso nós tivemos em Goiânia agora recentemente. Nas reivindicações que foram feitas, anotadas, nós temos capacitação. Na segunda quinzena de julho, nós vamos fazer um treinamento para 60 policiais federais, de um total de 300 policiais que vão ser capacitados. Esses 60 inclusive vão ter a responsabilidades de transmitir esse conhecimento a outras agências estaduais, municipais etc. Rede de comunicação foi tratado, recursos humanos, equipamentos, instalações e dedicação exclusiva. Essas unidades são muito pequenas, então a gente não pode distrair o delegado que está ali, a



autoridade policial, para fazer outro tipo de trabalho. Então ele vai ter dedicação exclusiva para essa matéria. Por último, para concluir, algumas recomendações de mais expressão, mais fortes, que foram feitas. Aqui já é mais imperativo, são recomendações que foram feitas ao subsistema. A primeira delas é inventariar todas as armas. Eu explico. Fazer um trabalho de inventário das armas apreendidas pela Polícia Federal em 2005, 2004, 2003, 2002... 1889, quer dizer, até a República, quando for possível. Esse inventário é para ver se as armas apreendidas estão no SINARM ou não. O SINARM é o sistema nosso de rede, o grande banco de dados sobre armas apreendidas, fabricadas etc. etc. Isso é uma recomendação, uma missão já para essa unidade nova. Depois da Polícia Federal, a gente vai ter essa mesma atividade nas outras Polícias também. Rastreamento. Isto aqui é o mais importante. Todas aquelas armas que eu mostrei aqui, que foram apreendidas em outras operações, aquelas armas, com certeza, elas não foram totalmente rastreadas, até porque não havia uma unidade especializada para fazê-lo. Então esse rastreamento é indispensável, e esse treinamento que as pessoas vão receber agora da Polícia Federal, ministrado pelas Nações Unidas, por um programa exclusivo, vai possibilitar o rastreamento dessas armas. Existe a melhor cooperação tanto das Nações Unidas como da agência americana, a Interpol, da própria Polícia Federal e inclusive dos fabricantes internacionais e nacionais, que são obrigados também a prestar essas informações. O rastreamento é muito importante. Em breve, aí sim, a gente vai ter a verdadeira radiografia do tráfico de armas no Brasil, principalmente daquelas armas que nós não produzimos e que não podem ser comercializadas aqui, aquelas que vêm de fora. Esse rastreamento é vital. Eu não posso dizer aos senhores que vai ser amanhã ou depois, mas é um processo que está se iniciando agora. Acesso irrestrito ao SINARM. Interação com as demais agências. Outro ponto da maior importância é a interação da Polícia Federal, que não é exclusiva para fazer esse tipo de repressão. Ela teve essas atribuições por uma recomendação da CPI do Roubo de Cargas, quando a Polícia Federal passou a ter atribuições para investigar também, sem prejuízo da atuação dos outros órgãos de segurança. Mas essa interação para a Polícia Federal, para aprendizado nosso, para uniformizar processos e para fazer uma repressão mais uniforme é fundamental. A gente tem muito o que apreender com as Polícias que já vêm trabalhando nessas áreas. Nós temos um sistema capilar em todo o território



nacional, uma doutrina uniforme, uma rede de comunicação única e as deficiências que todos os senhores já conhecem. Mas existe bastante boa vontade para isso. Consolidação do subsistema de repressão ao tráfico de drogas. É o esforço que nós estamos fazendo agora, recomendação desse 1º Encontro Nacional de Repressão ao Tráfico de Armas, que aconteceu agora, recentemente. Eram essas as palavras que eu queria trazer para a Comissão, para o Presidente e para os demais Parlamentares, e para os senhores e senhoras presentes. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu é que agradeço ao Dr. Getúlio pela exposição. É bom começarmos juntos um trabalho.

Ontem, o Dr. Rangel Bandeira e o Pablo me entregaram um disquete com 30 mil armas que foram apreendidas. Já que vão entrar nesse sistema de rastreamento, eu já entrego direto a V.Sa., para que possa já colocá-lo no sistema e fazer esse rastreamento. Estamos fazendo a mesma solicitação a todas as Secretarias de Segurança Pública, para que elas mandem material para esse rastreamento, para que nós possamos ter uma idéia de qual foi o último ponto legal onde essa arma foi vendida. O ilegal a gente só vai saber com investigação, mas dá para saber qual é o último ponto legal onde essa arma foi vendida. Então eu passo a V.Sa.

De pronto, nós temos alguns Deputados inscritos.

O Deputado Bosco Costa tem a palavra.

O SR. DEPUTADO BOSCO COSTA - Sr. Presidente, Deputado Moroni Torgan, Sr. Relator, Deputado Paulo Pimenta, Dr. Getúlio Bezerra Santos, ouvi atentamente a exposição de V.Sa. Parabenizo a Polícia Federal. Afinal de contas, sempre acreditei nas Polícias. Sempre achei, não agora, porque é uma tradição no País, que o efetivo da Polícia Federal é muito reduzido, em todo o Brasil — a gente sabe disso —, para o tamanho da criminalidade que assola o nosso País.

Sinceramente, eu vejo, sem medo de errar, que o crime que mais cresce neste País, a meu ver, é justamente o roubo de cargas, justamente com o tráfico de armas, até porque é muito fácil abordar um caminhoneiro, em qualquer rodovia do Brasil. Um grupo de bandidos armados abordar um caminhoneiro no Brasil é muito fácil. E um roubo desse pode render 500 mil, 600 mil e até 1 milhão de reais, dependendo da carga que esse caminhão transporta.

Eu acho que a Polícia Federal, juntamente com a Polícia Rodoviária Federal, as Polícias estaduais deveriam, pelo menos, em cada fronteira de cada Estado, ter



um posto que fiscalizasse a entrada e a saída desse caminhões com essas cargas. Porque é muito fácil também chegar na fronteira do Rio de Janeiro que tenha um posto de parada obrigatória, para ver a procedência daquele caminhão e daquela carga. Eu acho que seria uma maneira até simples, não sei, dispendiosa — não deixa de não ser dispendiosa —, porque tudo que se cria, novo, é despesa.

Mas eu acho que seria uma maneira, pelo menos, de coibir um pouco esse crime. Até porque eu gostaria de dizer agora que no meu Estado, na minha cidade, estava tudo bem. Mas eu lhe digo Dr. Getúlio, na minha cidade de Itabaiana, no Estado de Sergipe, o menor Estado da Federação brasileira, qualquer cidadão chega lá e compra mercadoria mais barata do que em qualquer fábrica. Isso eu digo com tristeza, lamentando, mas a verdade é essa.

Outra coisa que me deixa preocupado é justamente em virtude... Eu, sinceramente, sou objetivo. Eu votei contra o Estatuto do Desarmamento, não que eu seja a favor do cidadão comum andar portando uma arma. Eu sempre disse e acho que o que precisa este País é de investimento em segurança pública. E muitas vezes os Governos Municipais, Estaduais, o próprio Governo Federal não têm disponibilidade de recursos para investir em segurança pública. Há poucos dias tive a oportunidade de ir à Polícia Federal no meu Estado e ver a quantidade de armas que a sociedade entregou à polícia em virtude do Estatuto do Desarmamento, arma caseira, que não vale 100 reais ou 30 reais, um monte de arma velha que não vale nada. Enquanto isso, o tráfico de arma mostra — e V.Sa. mostra — a perfeição das armas desses bandidos que circulam em nosso País.

Era esse o registro que tinha a fazer, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós vamos passar a palavra ao próximo inscrito, Deputado Colbert Martins. *(Pausa.)* Não está. Deputado Luiz Couto. *(Pausa.)* Deputado Josias Quintal, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Eu quero me desculpar com o expositor, porque mais uma vez venho a uma palestra proferida por S.Sa. e chego atrasado, por conta de outros compromissos que eu tinha em outras Comissões.

Não teria nenhuma pergunta a fazer ao Dr. Getúlio. Conheço o Dr. Getúlio na sua trajetória na Polícia Federal, sei do seu trabalho na Polícia Federal e vejo com alento muito grande essa demonstração que faz, essa mostra da nova estrutura da Polícia Federal. Eu tenho certeza de que, a partir de agora, é apenas uma questão



de tempo. A polícia se modernizou, se moderniza, cria as ferramentas essenciais para o combate a essa atividade delituosa tão grave, tão complicada e, de certo modo, desconhecida.

Então, não teria hoje, Sr. Presidente, meu caro expositor, nenhuma palavra a não ser de elogio e quero dizer da minha esperança de que o crime organizado vai ser mais uma vez imprensado, vai ser colocado contra a parede. Os resultados do trabalho, por certo, irão ocorrer. Essa é a nossa expectativa, aliás, essa é nossa certeza.

E é só isso que eu tenho a dizer nesta tarde de hoje. Parabéns, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o nobre Relator, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Prezado, Dr. Getúlio, em primeiro lugar quero manifestar aqui a minha renovada satisfação de poder estar participando desta CPI como Relator, particularmente na tarde de hoje, de recebê-lo e poder observar e acompanhar toda sua exposição.

Eu, nas palestras, nos encontros, Dr. Getúlio, que nós temos realizado nesta fase inicial da nossa Comissão, já me arrisco a afirmar que o momento é extremamente apropriado para tratar desse tema. Há um momento importante de debate no País sobre a questão do desarmamento, sobre a questão das armas, sobre a questão da legislação. A Polícia Federal também inicia um trabalho novo, poderia assim dizer, mais focado nesta questão, os Governos Estaduais, e, talvez, de fato, a CPI seja o momento importante para organizar essa discussão e que nós possamos inclusive identificar os aspectos essenciais que precisam ser alterados em termos de procedimentos, de condutas ou até mesmo de legislação, para que as Polícias, o Ministério Público, o Poder Judiciário, possam, de fato, desenvolver de forma mais plena o seu trabalho.

Tivemos aqui também a oportunidade de ouvir o General Rosalvo. Na minha opinião, Dr. Getúlio, ficou evidente que, se por um lado, é verdade que o Exército tem um controle da fabricação, a partir do momento em que a arma e a munição saem da fábrica, os mecanismos de fiscalização e controle existentes no País são muito falhos. O General chegou a nos dizer aqui que eles têm tempo real, seriam capaz de saber quantas armas, quantas munições estão sendo fabricadas neste momento. Mas essa operação realizada lá em Porto Alegre e Pernambuco, que



conseguiu apreender 2 milhões de itens, revelou exatamente o quê? Que havia um arsenal, ou numa loja estabelecida ou em trânsito, mas o fato é o seguinte: toda essa munição, toda essa arma saiu de maneira legal de dentro da fábrica. Mas, a partir do momento em que ela sai de dentro da fábrica, ela começa a percorrer um caminho. Ninguém conseguiu detectar exatamente o momento em que ela sai da legalidade e passa para a ilegalidade. E talvez o mecanismo mais eficiente para que possamos compreender essa lógica, essa conexão, seja exatamente a questão do rastreamento. Para entender essa arma que sai do País e volta, para entender até mesmo essa arma estrangeira que entra no País. Então, eu estou convencido de que, se nós conseguirmos acelerar um pouco nossos mecanismos de identificação, inclusive das armas apreendidas, e conseguirmos ter êxito em obter das fábricas as informações de que precisamos e que obrigatoriamente devem ser prestadas ao Exército, à própria Polícia Federal, e juntarmos essas informações com as informações que estão na mão das Secretarias Estaduais, Dr. Getúlio, talvez nós possamos avançar bastante na compreensão dessa dinâmica, dessa lógica, e, a partir daí, inclusive, descobriremos quais os mecanismos e as iniciativas necessárias que podem ser impulsionadas por esta Comissão, de modo a chegar a um objetivo inicial, que é ajudar no trabalho da Polícia. Portanto, essa parceria nossa com a Polícia Federal, ela é indispensável. E me atrevo, inclusive, a solicitar a V.Exa. que — o chamo de V.Exa. pela sua autoridade a respeito dessa matéria e pelo respeito que a sociedade tem pelo senhor —... a solicitação dos profissionais da Polícia Federal que farão parte aqui da nossa equipe e que são indispensáveis devido ao pouco tempo que nós temos para desenvolver o nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vamos passar a palavra ao Dr. Getúlio, para comentar as falas dos Parlamentares que já fizeram uso da palavra. Posteriormente, o Deputado Nilton Baiano terá a palavra.

O SR. GETÚLIO BEZERRA SANTOS - Sr. Deputado Relator, com relação aos profissionais que foram solicitados pela Comissão, já foram autorizados, é só uma tramitação que o processo tem, e tem que ir à unidade deles para ter um autorizo, é uma coisa só formal, para instruir, mas já estão autorizados e inclusive eles vão escolher as equipes de agentes que queiram trabalhar com eles, vão vir 2 delegados da área especializada, e eles vão escolher. Com relação ao que o Deputado Bosco Costa falou, realmente não só em Itabaiana, mas no Nordeste,



naquela região mais sofrida ali do eixo Polígono da Maconha, segundo o Gen. Cardoso, a quantidade de supermercados que têm surgido da noite para o dia, tendinhas, com mercadorias roubadas. Mas uma vez, quer dizer, fruto do furto de roubo de cargas e que merece uma atenção muito especial da própria Fazenda, é uma questão que extrapola até a própria Polícia, a questão da nota fria, da Fazenda, que esquenta essas mercadorias. Não tenha dúvida que eu concordo com o senhor com relação também à fiscalização mais intensa nesses pontos de controle. Agora, eu diria para o Relator que... quando eu falei aqui antes que a gente não focava as armas como primeiro objetivo, eu me recordava aqui, até assumo a minha culpa com relação às armas do Paraguai — o Paraguai, não quero apresentá-lo como vilão, porque é um país que colabora muito conosco, eu tenho uma afinidade muito grande com a Polícia do Paraguai, inclusive na repressão a drogas, oxalá tenha sucesso também na questão das armas — mas, quando o Luiz Fernando da Costa, o Beira-Mar, foi preso na Colômbia, eu tive acesso à agenda dele. Então, ali estavam anotadas todas... uma verdadeira agenda de mercado das armas que ele comprava no Paraguai. E realmente a gente estava focado na droga, no dinheiro, no produto químico e etc. e aquela questão das armas a gente não deu realmente uma profundidade. Por isso a importância hoje — eu digo para o Relator e para o Presidente — nós temos 2 momentos: a fiscalização não é deficiente, ela quase que não existe, a fiscalização. A arma é produzida, a munição é produzida, mas a gente não tem uma fiscalização eficiente, não tem, não existe quase. E o segundo momento é o choro, é o leite derramado, é depois que a arma sai para a clandestinidade ou ingressa, é que a gente vai possibilitar fazer esse rastreamento, que é o principal objetivo nosso hoje é estabelecer esse rastreamento. E para isso nós vamos já, daqui a 2 meses, iniciar a capacitação dos policiais para efetuar esse rastreamento das armas apreendidas aqui no País, vinculadas a qualquer tipo de crime ou não, e a gente aí pode dizer que a gente tem um banco de dados e que tem uma radiografia do sistema. Até então, a gente está falando com atos bastante dispersos. E com relação ao que o Relator falou, no ano de 2000, nós apreendemos droga com armas, nós apreendemos 12 toneladas de maconha no Rio de Janeiro, num caminhão, que era da organização do Beira-Mar, e vinham 104 pistolas brasileiras que foram para o Paraguai, deram um passeio e vieram, e regressaram ao País já sem identificação. É no ano 2000, acredito. Pode ter sido, naquele dado



do general, está correto, porque ela pode ter sido exportada antes, pode. Mas a apreensão no Brasil foi no ano 2000, vindo do Paraguai num caminhão com 12 toneladas de maconha. Então, aí a gente... nessa... como eu digo também, o foco nosso era a maconha, era o dinheiro, era o caminhão, não eram as armas. Quer dizer, aquilo ali, a gente correu um pouquinho, cansou, parou. Então, por isso que agora a gente vai ter uma unidade especializada até de abrir esses casos, essas armas vão ser rastreadas novamente. Nós vamos mais a fundo agora para ver como é esse mecanismo. Ela foi vendida para uma empresa e voltou sem nenhuma indicação de fabricação nem de onde veio nem como. Quer dizer, 104 armas, e eu me recordo até que a juíza deixou... parece deu as armas para a Secretaria de Segurança do Rio e umas 30 para a Polícia Federal. Então, é outro caso também que eu gostaria de colocar. A questão das armas também do Paraguai, e essas armas grandes elas vêm até desmontadas, elas vêm até desmontadas para tirar a característica, são armas grandes, elas vêm desmontadas, em peças, separadas, para não haver nenhuma identificação. Era só essa colocação que eu queria fazer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) - Com a palavra o Deputado Neucimar Fraga, na ordem de inscrição. Se cometi um erro, V.Exa. passa a palavra para um outro que está inscrito corretamente.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Eu, aproveitando a oportunidade, quando estava na Presidência da Casa, o Deputado Nilton Baiano solicitou a palavra e eu vou passar a palavra para S.Exa., respeitando a ordem.

O SR. DEPUTADO NILTON BAIANO - Agradeço, muito obrigado. É rápido. Eu queria perguntar ao Dr. Getúlio. Pelo que ele disse, a Polícia Federal não tem um trabalho até o momento voltado exclusivamente para o tráfico de armas. Essas armas, inclusive as que o senhor mostrou, em função de operação, foram apreendidas, em função de crimes que as pessoas iam cometer. Não foi simplesmente assim, vai haver um carregamento de armas ali. Então, a pergunta que eu queria fazer ao senhor é: quais os Estados e quais as regiões dos Estados ou cidades mais propensas a esse tipo — claro, vamos até tirar o Rio de Janeiro —, vamos dizer, a propensão de realmente ter esse tráfico de armas de uma forma realmente como nós imaginamos aqui na CPI que possa ocorrer. Seria isso. E, só a



título de curiosidade, eu estava vendo ali: “combate ao tráfico ilícito de arma”. Por que esse ilícito? Todo tráfico não seria ilícito? Só uma curiosidade. Muito obrigado.

O SR. GETÚLIO BEZERRA DOS SANTOS - Realmente é uma redundância. Isso foi feito pelos doutos administradores. Fica uma redundância. Mas com referência, nós não temos ainda uma estatística consolidada. Vamos ter. Nós temos o Sistema Nacional de Armas, que registrou tudo até agora, e vai ser muito ampliado. A questão do Rio de Janeiro, e sem sair do Rio de Janeiro, é que no Rio de Janeiro existem institutos. A própria Secretaria de Segurança tem uma unidade especializada e há institutos da sociedade civil que têm se dedicado ao problema da violência e incidentemente têm trabalhado a questão das armas e já fizeram estudos técnicos bastantes interessantes. E isso proporcional até mesmo à própria população da cidade, o número de armamentos etc. Em outras cidades, a gente não tem algo parecido. Em questão de sensibilidade ou risco, as áreas mais sensíveis para ingresso daquelas armas não permitidas seriam as áreas de fronteira. O Secretário falou aqui que Foz do Iguaçu estava sendo a grande porta de entrada. E eu diria que o buraco é mais em cima. Tem em Foz do Iguaçu. É risco? É. Com a quantidade de ônibus de carga que passa ali é humanamente impossível se fazer uma fiscalização efetiva, aquela corpo a corpo. Se pode fazer até por amostragem. Ali é possível que se possa ingressar armas ou outros artefatos, etc., etc. Mas há cidades mais acima, tipo Ponta Porã, por exemplo, outras cidades menores na fronteira com a Bolívia também que se prestam — aí é uma área acima de qualquer suspeita — a esses ingressos, até porque temos uma fronteira muito permeável. Temos 3.500 quilômetros com a Bolívia, temos 1.644 com a Colômbia. Quer dizer, somos um país fronteiro quase. Então, são áreas sensíveis onde esse armamento pode ingressar. A questão da Polícia Federal, o senhor captou bem, até então não tínhamos uma unidade especializada para focar a arma. Eu vou investigar quem está vendendo arma, quem está traficando armas, quem está estocando armas, se for o caso, quem está alugando armas para assaltos, terceirizando armas. Então, a gente não tinha essa unidade. A gente fazia uma investigação de drogas e pegava o Beira-Mar com 104 armas. Uma investigação de assalto a banco pega não sei quantos fuzis, carga não quantos fuzis e metralhadoras. Então, estava sendo incidente a arma, e a gente não estava perseguindo o rastreamento dessas armas, até porque não tinha técnica, nem conhecimento para isso. Agora, temos essa



unidade por força até desse movimento de Estatuto do Desarmamento, esse negócio todo, que eu não entro no mérito, e temos agora essa unidade que vai ter essa capilaridade que eu mostrei para o senhor. Não é exclusividade nossa, a não ser naqueles casos de tráfico internacional, mas que podemos fazer a investigação, sem prejuízo da atuação dos demais órgãos que já são constituídos e estão fazendo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) - Com a palavra o Deputado Neucimar Fraga.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero cumprimentar o Sr. Getúlio Bezerra Santos, Diretor do Departamento de Combate ao Crime Organizado do Ministério da Justiça. Getúlio, estamos fazendo esse trabalho na Comissão Parlamentar de Inquérito e estamos tendo a oportunidade de ouvir algumas autoridades que têm domínio sobre o assunto. Até porque os Parlamentares desta Comissão têm interesse em prestar um grande serviço à Nação e nós precisamos de dados, precisamos de instrumentos realmente que sejam eficazes, para que possamos utilizá-los no combate ao tráfico, mas não vou nem falar em tráfico ilegal, não é Baiano?

O Baiano deu queixa do tráfico, sabendo que o tráfico é crime. É o tráfico de armas do Brasil. Mas nós escutamos praticamente todos os que aqui estiveram na Comissão, que sempre abordam as dificuldades de se fazer a fiscalização devido à grandeza de nossas fronteiras, principalmente com esses países, alguns já citados, que têm um alto índice de participação na rota internacional do tráfico de armas no Brasil. Por hora, nós encontramos também algumas dificuldades em relação a fiscalizar os portos, porque não têm como abrir todos os contêineres e não tem como saber se a quantidade de armas que está sendo importada ou de munição, ou exportada, realmente é o que está na nota fiscal. Nós temos denúncias de que alguns barcos de possíveis, de prováveis barcos de pescadores também estariam sendo utilizados em algumas baías, principalmente no Rio de Janeiro e Espírito Santo, para receber o carregamento de armamento em alto-mar e trazer com facilidade em alguns cais ou ilhas próximos a esses Estados.

Eu pergunto: levando em consideração que esse é um assunto de interesse nacional, já foi proposta alguma parceria, por exemplo, com a Marinha e a Polícia Federal, para que as 2, em ações conjuntas, pudessem desenvolver ações, para



que esses barcos ou essas embarcações que possivelmente estariam sendo utilizadas por traficantes de armas pudessem ser fiscalizados com mais vigor nas nossas baías? Em se tratando da questão das fronteiras, que são muito grandes, nós temos aqui feito alguns debates a respeito da importância talvez até de colocarmos o Exército nessa luta, na fronteira, sabendo que em algumas fronteiras o Exército tem atuado. Mas de que forma, então, nós vamos resolver esse problema das fronteiras que são... têm a expansão muito grande, nós não temos efetivo para colocar. Que mecanismos nós poderemos trabalhar e utilizar, para que nós pudséssemos realmente evitar, já que nós não podemos diminuir o tamanho dessa fronteira, porque... Não é verdade? Eu não sei se os acessos a essa fronteira... se os acessos também são válidos ou se algumas rotas são inevitáveis para quem queira realmente fazer esse tipo de contrabando, esse tipo de tráfico internacional... que tipo de solução nós poderíamos ter? Que tipo de ações poderíamos desenvolver?

Poderíamos integrar nessas ações aí, quem sabe a Marinha, o Exército, a Aeronáutica, até com a questão da fiscalização das aeronaves, que, com certeza, podem estar sendo utilizadas também para tráfico de armas, principalmente na região da Amazônia. Que tipo de interação pode existir entre essas Forças Armadas brasileiras, junto com a Polícia Federal, Militar, Civil? Ou acha que isso nunca vai acontecer no Brasil, sempre vai encontrar resistência?

O SR. GETÚLIO BEZERRA SANTOS - Sejam os otimistas. V.Exa. pergunta: "Que solução?" Eu diria: "soluções". Diria até como Ministro da Justiça, não tem uma solução, não é um tiro de canhão, não é uma coisa exata, são políticas, muitas delas ainda... que devem percorrer um determinado período de maturação. São várias. E todas as soluções o senhor apontou. Todas elas. Falou em interação, em cooperação. A questão das Forças Armadas, ela já tem uma missão constitucional específica. E agora, houve uma legislação recente aí que deu uma autoridade de polícia nas áreas de atuação em fronteiras. Quer dizer, falta agora instrumentalizar melhor isso, conduzir melhor.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Com essa autorização para que nas áreas de fronteiras ela possa ter o papel de polícia, se fosse aumentado o efetivo, fosse deslocado... Há Estados com milhares de homens do Exército.



Eu, por exemplo, cito o 38º Batalhão em minha cidade, Vila Velha, no Estado do Espírito Santo. Nós temos milhares de homens do Exército lá. Eu moro há 30 anos lá. Há uns 25 anos, tínhamos até a presença do Exército nas ruas, acho que na época da Ditadura, em volta ali do quartel, a região mais segura de minha cidade, porque havia os soldados, os recrutas lá do Exército. Mas nós temos aí realmente um contingente de soldados. Eu acho que se houvesse um pouco de esforço, até, vamos dizer, do nosso Ministro da Justiça, do Ministro da Defesa e fosse a política e vontade política das 2 Casas e do Presidente da República, para que fosse aumentado o efetivo dessas fronteiras, tendo em vista que são fronteiras grandes.

Mesmo com a autorização que eles têm para operar com poder de polícia, é pouco, talvez seja mantido o mesmo efetivo para fazer ali uma dupla ação.

O SR. GETÚLIO BEZERRA SANTOS - Deputado, são soluções, porque os problemas são muito graves. Eu não resolvo o problema, quer dizer, é do meu nível, que é operacional, do efetivo da Polícia Federal. Quer dizer, são políticas. A CPI tem condições de encaminhar essas recomendações que V.Sa. está fazendo, mas é no caminho, entendeu, de haver uma melhor... O que adianta talvez até colocar homens e homens, se eles agem e não interagem o conhecimento obtido com outras forças, aquelas que possam conduzir o caso já na esfera judicial? É uma série de ações, são políticas, e políticas de Estado. No nosso caso, o problema mais crucial da Polícia Federal é a questão do efetivo. Então, a gente já não discute mais o efetivo. Está sendo feito um esforço muito grande para aumentar esse efetivo. A academia nossa está funcionando plenamente de janeiro a dezembro, formando novos policiais, mas ainda aquém daquilo que nós desejamos. A questão de fundo é a integração. Se a gente sair daqui com a recomendação da CPI de criar as facilidades para haver uma maior integração entre todas as agências envolvidas com o problema, já facilita. Incrementar uma melhor fiscalização, algumas recomendações que já existem em nível internacional de marcar armas, de marcar munição. São várias e várias funções que... Eu, por exemplo, eu sou um aprendiz nessa situação, eu posso ser um estrategista, um analista, trabalho com inteligência, tudo isso. Agora, é uma série de medidas que devem ser feitas. Se a gente fosse apelar para a riqueza, para a tecnologia, os Estados Unidos com o México não teriam problema, porque a fronteira deles é um muro, é um muro físico, um muro eletrônico, com helicópteros 24 horas por dia, guardas. E mesmo assim ainda existe



todo aquele contrabando de droga, de maconha, de droga, de imigrantes etc. Então, têm de ser medidas inteligentes. Nós somos um continente, não vamos mudar de maneira nenhuma. Agora, essa questão é uma questão de maior nível, que a própria CPI, nas suas conclusões, saberá dar um encaminhamento. A nossa contribuição é no sentido de estender a mão, de interagir o máximo, de nos capacitarmos e de dar uma realidade para os senhores, hoje ou amanhã, do que está acontecendo com relação ao tráfico de armas.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Só para concluir, Sr. Presidente, eu queria sugerir a esta Comissão, que nós pudéssemos fazer audiência com o Ministro da Defesa, para que nós pudéssemos buscar o apoio, somente ali nos estados onde existe uma influência muito grande do tráfico de armas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Acho ótima a idéia de V.Exa. e já o designo para fazer a intermediação dessa audiência.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Como bom soldado, eu vou fazer a interlocução no momento oportuno. Eu só queria sugerir, já que V.Exa. acatou, que eu acho importante nós conversarmos com o Ministro da Defesa, para colocar a necessidade de termos o apoio dessas 3 entidades, a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, no apoio ao trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não havendo mais nenhum inscrito, eu vou encerrar esta parte, mas eu gostaria — eu sei que o Dr. Getúlio é um homem muito ocupado — que ele ficasse aqui mais um pouco, para que nós pudéssemos fazer uma sessão reservada, para planejarmos a oitiva das testemunhas, de modo que possa ter um calendário, porque a Polícia Federal tem que se organizar, cada testemunha dessas que vêm.

Então, eu gostaria de fazer um calendário conjunto, para que a gente pudesse aprová-lo e então não termos mais dificuldade de vir testemunhas, que dando tempo e organizando, fica tudo mais tranquilo.

Antes de tornar esta sessão reservada, eu tenho alguns requerimentos que eu gostaria de colocar em votação.

Requerimento nº 33, do Deputado Zico Bronzeado, que requer sejam realizadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito visitas técnicas nas regiões fronteiriças em que haja indícios de prática ilegal de comércio de armas.



Eu só quero explicar. Eu acho oportuno o requerimento. Quero dizer que quando nós tivermos mais indícios e mais provas, esta Presidência determinará grupos de diligência que irão nessas fronteiras. Não vejo nada contra, mas coloco em discussão o requerimento.

O SR. DEPUTADO NILTON BAIANO - Poderíamos aprovar. No entanto, ficar sobrestado até que seja identificado isso que V.Exa. menciona.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Continua em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Do Deputado Alberto Fraga, que solicita seja convidado para depor o Sr. tenente-coronel Waldir Copetti Neves, da Polícia Militar do Paraná.

Quero enfatizar que é um bom exemplo, Deputado Fraga, que ao solicitar o depoimento do tenente-coronel Valdir Copetti, mostra que não há nenhum tipo de corporativismo agindo e é um excelente exemplo. Porém, vou ter que julgar prejudicado o requerimento porque já houve essa votação no requerimento do Deputado Neucimar Fraga. Porém se V.Exa. quiser fazer uso da palavra, poderá fazê-lo.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - É, Sr. Presidente, está na família, nepotismo, Deputado Neucimar Fraga e Alberto Fraga. A intenção era ouvir realmente o coronel e parabenizar o meu primo rico, Neucimar Fraga, pela iniciativa antes da minha. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Josias Quintal, assumo aqui a Presidência, por favor, que há um requerimento meu aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) - Dando prosseguimento à sessão vamos apreciar o Requerimento nº 35/05, do Sr. Moroni Torgan, que solicita seja convocada, na qualidade de testemunha intimada, a Sra. Eliana Aparecida Covolo, para prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito por haver indícios de envolvimento no comércio ilegal de armas.

Para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao Deputado Moroni Torgan, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Pois não, Sr. Presidente. Essa senhora foi justamente indiciada nessa última operação em que foram presas várias



armas em São Paulo. Eu acredito que ela terá muito a declarar a esta CPI, e seria uma das pessoas que gostaria de ouvir na quarta-feira que vem, já que está em cima do fato, em cima do problema, teremos a memória toda correta, e, quarta, talvez de manhã. Mas coloco o requerimento à apreciação dos companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) - A Mesa pergunta se algum Parlamentar quer se manifestar antes de submeter o requerimento à votação.

Não havendo, vamos submetê-lo à votação.

Aqueles que concordarem com o requerimento permaneçam como estão.

(Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Requerimento nº 36/05, do Deputado Paulo Pimenta, nosso Relator, que requer seja oficiado aos diversos países do MERCOSUL, por meio de suas representações diplomáticas, no sentido de serem obtidas informações sobre a existência naqueles países de comissões parlamentares que tratem de temas similares ao desta CPI; e, caso a resposta seja afirmativa, que sejam promovidos encontros de trabalho entre os Parlamentares dos diferentes países.

Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não creio que careça maior justificativa, Sr. Presidente, fruto das próprias discussões preliminares que originaram esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Acredito que, até em razão da exposição de ontem, esse requerimento é fruto daquela exposição em que vimos a necessidade de entrar em contato com comissões parlamentares de outros países que estejam tratando do mesmo tema. Acho que poderemos evoluir bastante no trabalho. É muito oportuno o requerimento.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 37/05, do Deputado Paulo Pimenta, que solicita sejam requisitados dados da Secretaria de Segurança Pública de todas as unidades da Federação sobre a quantidade, marca, modelo, fabricante, espécie, calibre, número



de série, situação atual, registro e ano de apreensão das armas de pequeno e leve portes, recolhidas entre janeiro de 1999 e dezembro de 2004. Eu só faço uma sugestão sobre as armas, eu tiraria pequeno e leve porte.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Está certo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Com a palavra o autor, mais uma vez.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O requerimento também é fruto da oitiva que realizamos ontem. V.Exa. tem razão diante da necessidade de que fiquem somente armas, porque não teria sentido definirmos previamente que tipo de armas queremos informação, tem que vir de todas. Portanto, solicito que seja aprovado com a sua sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Deputado.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham.

(Pausa.)

Aprovado.

Gostaria de passar agora à parte reservada da sessão para que pudéssemos fazer o roteiro das oitivas de testemunhas com o Dr. Getúlio para que possamos ouvi-lo também a respeito dessas oitivas. *(Pausa.)*